

Cartas sobre o estudo e a utilidade da história ¹

Letters on the Study and Use of History

Bolingbroke (Henry Saint John)

Carta I

Chantelou, Touraine, 6 de novembro de 1735

Caro Senhor,

Eu já havia, no passado, considerado com grande atenção o assunto acerca do qual me solicita a opinião. Pratiquei, na ocasião, na medida em que os negócios e os prazeres mo permitiram, as regras cuja observância me pareceu necessária ao estudo da história. São estas regras bem diferentes daquelas que têm sido recomendadas e praticadas por outros autores. Mas confesso-lhe que, hoje assim como outrora, tal diferença jamais me levou a ter por eles desconfiança. Eu não prezo a singularidade. Ao contrário, penso que se deve ter a devida consideração pelas opiniões e costumes herdados, ainda que os mesmos sejam absurdos ou ridículos – e frequentemente o são. Contudo, essa servidão é apenas exterior e não restringe a liberdade do juízo privado. A obrigação de se submeter a ela, outrossim, somente se estende àquelas opiniões e costumes cuja desobediência pode implicar em malefício à sociedade. Em todos os outros casos, temos liberdade para especular. É, portanto, sem me preocupar com as opiniões e práticas do mundo erudito que estou disposto a lhe falar das minhas próprias. Todavia, como é difícil recuperar um fio de pensamento há muito posto de lado, e como é impossível provar e explicar certas coisas sem a assistência de muitos livros que não tenho cá comigo, Vossa Senhoria há de se contentar com o esboço imperfeito que agora lhe envio nesta carta.

1 - Trechos selecionados e traduzidos por Arthur Alfaix Assis. Texto original em The Works of Lord Bolingbroke, Vol. II, Philadelphia: Carey and Hart, 1841, 173-334.

Os motivos que arrastam os homens para o estudo da história são muitos. Alguns desejam – se é que deles se pode dizer que estudem – nada mais que entretenimento; lêem sobre as vidas de Aristides ou de Fócio, de Epaminondas ou de Cipião, de Alexandre ou de César, da mesma maneira que jogam cartas ou que poderiam ler a história dos sete campeões.²

Há outros, cujo motivo para o estudo da história não é nada melhor, e que têm ainda desvantagem de trazer incômodos à sociedade à proporção que fazem progressos. Os primeiros não empenham a sua leitura a qualquer bom propósito; os segundos sacrificam-na a um mal propósito, tornando-se cada vez mais impertinentes à medida que aumenta a sua erudição. Acho que a maior parte das pessoas do primeiro tipo eu conheci na Inglaterra, enquanto que a maior parte das do segundo tipo conheci na França. Estas últimas são aquelas pessoas que lêem para falar, para brilhar na conversação, para impor-se na companhia de outrem. São pessoas que, tendo poucas idéias próprias para vender, armazenam nas suas cabeças fatos e frases brutas não ruminadas, na esperança de suprir simplesmente com a memória as necessidades da imaginação e do juízo.

2 - NT: referência à Famosa história dos sete campeões da Cristandade (1596), de autoria do inglês Richard Johnson.

Mas essas são as duas formas mais baixas. A próxima forma que devo mencionar é um tanto mais elevada. É praticada por aqueles que estudam não para se tornarem melhores ou mais sábios, mas para facilitar os estudos de outras pessoas – que preparam cópias claras de manuscritos velhos, descobrem os significados de palavras difíceis e submetem-se a diversas outras formas de tortura gramatical. Teríamos certamente uma grande dívida para com esses homens, caso eles fossem capazes de maiores realizações e se se tivessem submetido a essa trabalhadeira como um sacrifício em benefício do público; tal como alguns deles, é preciso lembrar com gratidão, até por volta da época do renascimento das letras, de fato o fizeram. Quando urgem os trabalhos importantes, os próprios generais podem pegar no machado e na espada, mas em regra, cessadas as necessidades urgentes, tais artefatos ficam nas mãos destinadas a empunhá-los, as dos soldados e camponeses

comuns. Portanto, eu aprovo muito a devoção de um estudioso que, ao rezar numa igreja, agradeça a Deus por, entre outras coisas, ter provido o mundo com fazedores de dicionário! Estes últimos, assim como os que lhes são superiores, cortejam a fama usando para tal os meios que lhes foram proporcionados por Deus. Littleton exercitou todo o gênio que tinha quando fez um dicionário, enquanto Stephens não o fez. Devem, todavia, ser encorajados, contanto que continuem a compilar sem exhibições de esperteza ou pretensões filosóficas.

Há um quarto tipo de estudiosos do passado, que embora nos dias de hoje não sejam muito comuns detêm grande reputação. São sábios de primeiro escalão diante dos quais toda a tribo dos eruditos se curva em reverência. Uma pessoa precisa ser indiferente à censura ou à aprovação públicas – e eu o sou – para confessar ter completo desdém pelas realizações desses eruditos; por todas as pesquisas acerca da antiguidade, pelos sistemas de cronologia e história de um Scaliger, um Bochart, um Petavius, um Usher, e mesmo um Marsham. Todos eles trabalham com os mesmos materiais escassos. Como há uma impossibilidade moral de obterem mais materiais, esses autores combinam os que têm à sua disposição de todas as formas possíveis: fazendo suposições, tentando adivinhar coisas, juntando passagens desarticuladas de autores diferentes e misturando, com base em originais incertos, tradições fraturadas de povos distintos e de séculos tão distantes uns dos outros quanto do nosso próprio. Em resumo: têm desfrutado de todo o tipo de liberdades e até mesmo uma mera similitude de sons já serviu para apoiar um de tais sistemas. Como, em geral, os materiais de que dispõem são poucos, as fontes realmente muito boas são muito precárias – e isso já foi confessado até mesmo por alguns desses eruditos.

Júlio Africano, Eusébio e Jorge Hamartolo lançaram as sementes de toda essa ciência, mas, ao mesmo tempo, estragaram a planta. O propósito deles era o de fazer coincidir a história e a cronologia sagradas com as profanas. Todavia, a cronologia do mundo profano ainda está longe da certeza e clareza que seriam necessárias para que se pudesse nela confiar. Por isso, as fontes

históricas (*monument*) que esses autores antigos legaram à posteridade foram por eles apreendidas em conformidade com o sistema que estes queriam sustentar. Além disso, nenhuma de tais fontes foi transmitida na sua forma original ou pureza genuína. As listas dinásticas de Maneto, por exemplo, foram estraçalhadas por Eusébio, que selecionou delas os fragmentos que se adequavam aos seus desígnios, enxertando-os no seu trabalho. Do próprio trabalho de Maneto não temos nem sabemos mais nada. Devemos o *Codex Alexandrinus* ao monge Jorge Hamartolo e, para o primeiro, não dispomos de nenhuma outra autoridade. É até divertido ver alguém como Sir John Marsham a desabonar, numa página, a autoridade do monge Jorge, para, na página seguinte, construir o seu sistema em cima dessa mesma autoridade. Dada a leveza da sua expressão, Marsham parece – se é que me lembro bem, pois faz tempo que consultei o seu *Canon* – não estar muito preocupado com a fundamentação do seu sistema. Destarte, exibiu a sua capacidade de montar um sistema em que fez caber a imensa antiguidade dos egípcios dentro dos limites mais restritos dos cálculos hebraicos. Em resumo, meu Senhor, todos esses sistemas são como castelos encantados. Parecem ser alguma coisa, mas não são senão aparências: dissolva-se-lhes o feitiço e eles desaparecem da vista. Para dissolver o feitiço, precisamos principiarmos pelo princípio desses sistemas – a frase soa estranha, mas significa algo importante. Temos de examinar, com cuidado e desapego, as fundações sobre as quais se sustentam. E quando descobrimos que estas são apenas ligeiramente prováveis ou grandemente improváveis seria tolice esperar algo melhor na superestrutura. A cronologia é uma daquelas ciências que são “a limine salutandae”.³ Foi necessário chegar até esta última consideração para evitar que graves autoridades nos imponham a ignorância. Porém, avançar para além daqui já equivaleria a ajudar essa mesma autoridade a impor sobre nós uma falsa ciência. Eu preferiria continuar a pensar que o Dario derrotado por Alexandre era o filho de Histaspes; preferiria usar tantos anacronismos quanto um cronólogo judeu a sacrificar metade da minha vida colecionando a tralha erudita que enche a cabeça de um antiquário.

3 - NT: Aceitáveis no limite.

Carta II

Permita-me dizer algumas coisas sobre a história em geral, antes que eu volte a considerar – como comecei a fazer na carta anterior – particularidades tais como os seus diferentes métodos de estudo e as diferentes visões daqueles que a ela se dedicam.

O amor à história parece ser inseparável da natureza humana, porque é inseparável do amor próprio. Nesse aspecto, o mesmo princípio leva-nos tanto para frente como para trás, tanto para o futuro quanto para o passado. Nós pensamos que as coisas que nos afetam também terão impacto sobre a posteridade. Esse sentimento é comum a toda a humanidade, desde Júlio César ao assistente de paróquia que aparece na *Miscelânea* de Pope. Gostamos de preservar, sempre que possível, a memória das nossas próprias aventuras, dos acontecimentos da nossa época e das que a precederam. Para tal, as nações que ainda não haviam desenvolvido as artes e as letras erigiram rústicos montes de pedra e compuseram hinos ainda mais rústicos. Os triunfos de Odin, para não ir muito longe, eram celebrados em canções rúnicas e os banquetes dos nossos ancestrais britânicos eram registrados nas canções compostas pelos bardos. Os selvagens da América mantêm até hoje o mesmo costume: em todos os seus festivais, cantam longas baladas históricas sobre as suas caçadas e guerras. Não é preciso mostrar como, entre as nações civilizadas, essa paixão cresce à mesma proporção que os meios que a podem satisfazer. Mas permita-me observar que o mesmo princípio natural nos torna propensos a buscar atender antes a nossa própria curiosidade que a dos outros. A criança escuta com atenção e deleite às histórias que a ama lhe conta. Aprende, então, a ler e passa a devorar entusiasticamente lendas e romances fabulosos. Chega à maturidade e passa a se dedicar à história, ou melhor, àquilo a que pensa ser a história, isto é, o romance autorizado. E mesmo na velhice, o desejo de saber o que aconteceu aos demais homens é mais fraco do que o desejo de relacionar conosco os acontecimentos do passado. Portanto, a história, verdadeira ou falsa, sempre fala

às nossas paixões. Não é uma pena, meu senhor, que mesmo as melhores histórias só tão raramente falem à nossa razão? Ninguém, senão nós mesmos, somos os culpados de as coisas serem assim. A natureza fez a sua parte: abriu a possibilidade do estudo da história a todo e qualquer homem que seja capaz de ler e pensar. E a razão pode dar a esse estudo a mais útil das aplicações. Porém, se consultarmos a nossa razão, não passaremos nem perto de seguir os exemplos daqueles nossos semelhantes que, neste como na maioria dos outros casos, têm tanto orgulho de se proclamarem racionais. Não devíamos ler nem para mitigar a nossa indolência, nem para presentear a nossa vaidade. Menos ainda devíamos nos contentar, à maneira dos gramáticos e dos críticos, em sermos burros de carga que se sacrificam em benefício de outros, filósofos e homens de estado, cuja atividade de estudo seria por nós tornada menos penosa. Outrossim, não devemos pretender ter o delgado mérito de sermos grandes eruditos à custa de passarmos a vida inteira perdidos nos labirintos escuros da antiguidade. Tudo isso confunde o verdadeiro impulso para o estudo e a verdadeira utilidade da história.

A natureza deu-nos o dom da curiosidade a fim de que exercitemos e desenvolvamos as nossas mentes, mas nunca pretendeu que esse exercício fosse a principal ou única forma de aplicação da mente. O verdadeiro e próprio objetivo do uso da mente é o melhoramento constante da virtude, pública e privada. A dedicação a um estudo que não tenda, direta ou indiretamente, a nos tornar melhores homens e cidadãos corresponde, na melhor das hipóteses, a uma forma inventiva e enganosa de indolência – para usar a expressão de Tillotson. E o conhecimento que obtivermos através dele será uma forma fidedigna de ignorância e nada mais. Na minha opinião, essa forma fidedigna de ignorância é o grande benefício que a grande maioria dos homens, e mesmo dos mais estudados entre eles, termina por extrair do estudo da história. Ainda assim, parece-me que o estudo da história, dentre todos os demais, é o mais apropriado para o exercício e melhoramento da virtude pública e privada.

Neste ponto, depois das muitas censuras que apresentei, Vossa Senhoria deve querer perguntar: qual seria, então, a verdadeira utilidade da história? Em que medida a história pode servir para nos tornar melhores e mais sábios? E a que método se deve recorrer para que o estudo da história conduza a tais grandes finalidades? Responder-lhe-ei com uma citação que li noutra lugar, em Dionísio de Halicarnasso. Acho que a história é a filosofia que ensina por meio de exemplos. Apenas precisamos dar uma rápida olhadela para o mundo à nossa volta para percebermos a força dos exemplos no cotidiano. E se voltarmos os olhos para dentro de nós próprios rapidamente descobriremos por que o exemplo possui tal força. “*Pauci prudentia*” – afirma Tácito – “*honesta ab deterioribus, utilia ab noxiis discernunt: plures aliorum eventis docentur*”.⁴ Tamanha é a imperfeição do entendimento humano, tão débil é a constituição da nossa mente, que proposições gerais e abstratas, mesmo que claramente verdadeiras, se nos parecem obscuras e duvidáveis, até que sejam explicadas por exemplos. E as mais sábias lições de virtude dificilmente convencem o juízo e determinam a vontade, a não ser que sejam executadas através daqueles meios que nos obrigam a aplicar a nós mesmos aquilo que vemos acontecer a outros. A instrução mediante preceitos traz a ainda as desvantagens adicionais de basear-se na autoridade de outrem e de frequentemente necessitar de longos raciocínios dedutivos. “*Homines amplius oculis, quam auribus, credunt: longum iter est per praecepta, breve et efficax per exempla*”.⁵ A razão para tal juízo, que cito de uma das epístolas de Sêneca para confirmar a minha própria opinião, repousa, penso eu, nisto: que os exemplos trazem consigo uma espécie de apelo que nos apraz, posto que incide tanto sobre o nosso entendimento quanto sobre os nossos sentidos. O exemplo proporciona-nos enquadrar o preceito na nossa própria experiência e nós tendemos, simultaneamente, a nos render ao fato e a resistir à especulação.

Essa, porém, não é a única vantagem do aprendizado através de exemplos, pois estes não apelam somente ao nosso entendimento, mas também, igualmente, às paixões.

4 - NT: “*Poucos estão qualificados por si mesmos para distinguir os limites entre o vício e a virtude. Separar o útil do que leva à destruição não é talento de qualquer um. O exemplo dos outros é a escola da sabedoria*”.

5 - NT: “*Os homens confiam mais nos olhos do que nos ouvidos, porque o caminho pelas regras é longo, mas curto e eficaz pelos exemplos*”.

Os exemplos animam e amainam as paixões, colocam as paixões do lado da razão, formando, a partir de fragmentos, a totalidade do homem. Ao formar hábitos através da repetição, o exemplo assegura a observância daqueles preceitos por ele aludidos. Não foi Plínio, meu Senhor, quem disse que a forma mais suave – e ele deveria ter dito também, mais eficaz – de comandar é através de exemplos? “Mitius jubetur exemplo”.⁶ Os exemplos abrandam as mais ásperas ordens, dotando até mesmo a tirania de poder de persuasão. Que pena que tão poucos príncipes tenham aprendido essa maneira de comandar! Todavia, a força dos exemplos não se restringe àqueles que temos a oportunidade de testemunhar pessoalmente. Exemplos sugeridos pela memória têm o mesmo efeito, e o hábito de recordá-los trará consigo o hábito de imitá-los. [...] Vossa Senhoria sabe que os cidadãos de Roma colocavam imagens dos seus ancestrais na entrada dos seus lares, de tal modo que podiam ver tais veneráveis bustos sempre que entravam ou saíam de casa. Deste modo, a lembrança dos gloriosos atos dos mortos incandescia os vivos, que eram estimulados a imitar e, até mesmo, emular os seus grandes ancestrais. Tal prática costumava dar bons resultados, pois, pela mágica do exemplo, transferia-se a virtude de uma geração para várias outras, e assim, por muito tempo, o espírito de heroísmo manteve-se aceso entre aquele povo. Esse é um entre vários registros da força dos exemplos remotos. De tais registros podemos inferir que os exemplos, próximos e remotos, são ambos necessários.

6 - NT: “O exemplo é o melhor meio de liderar.”

Meu Senhor, a escola do exemplo é o mundo e, nessa escola, os mestres são a história e a experiência pessoal. Longe de mim afirmar que a primeira é preferível à segunda. Aliás, acho mesmo que o contrário é o mais correto. Mas uma coisa é certa: o estudo da história é uma maneira de nos prepararmos, de ganharmos experiência, e deve acompanhar-nos durante todo o decurso de nossas vidas. Pode-se, sem dúvida, mencionar alguns poucos homens que receberam da natureza aquilo que ninguém consegue obter senão pela via da arte e da diligência. Contudo, tais exemplos nada provarão contra o meu argumento, uma vez que admito que, na ausência de experiência, o estudo

da história é insuficiente, ao mesmo tempo em que insisto que só os gênios são naturalmente dotados de experiência. O talento natural sobrepõe-se à experiência e ao estudo da história, mas o ideal é que se combinem todos os três, pois por mais genial que alguém seja, por mais experiências que consiga acumular, é certo que não brilhará com o esplendor máximo a não ser que consiga adicionar às suas experiências aquelas de outros homens e épocas. Um gênio que não se deixe melhorar pelo menos pela experiência é o que outrora se pensava serem os cometas: um meteoro flamejante de curso irregular e imprevisível, inútil a qualquer sistema e capaz de destruí-lo. Meros filhos da terra, por sua vez, se possuem experiência, mas não têm conhecimento da história do mundo, não são senão estudiosos incompletos na ciência da humanidade. E se são proficientes em história, mas não possuem experiência, então estão numa situação pior que a dos ignorantes: são pedantes que serão sempre uns incapazes, e amiúde também intrometidos e presunçosos. Que um homem, todavia, possua, simultaneamente, gênio, experiência e conhecimento da história é uma honra para o seu país e uma benção para o mundo público. E eu confio que Vossa Senhoria será uma tal benção para este século, do mesmo modo que o seu bisavô⁷ o foi para o século passado. [...]

7 - NT: o Duque de Clarendon.

Deixe-me explicar o que quero dizer quando falo em exemplos. É raro encontrar, entre os filhos dos homens, tolice ou vício mais contagioso do que aquela propensão ridícula das pessoas a preferir tudo o que é próprio do seu país ao que é característico de outros países; aquela tendência a tomar os próprios costumes, maneiras e opiniões como sendo a medida do certo e do errado, e do verdadeiro e do falso. Os mandarins chineses ficaram estranhamente surpresos e quase incrédulos quando os jesuítas lhes mostraram, no mapa geral do mundo, que o seu império era apenas uma pequena figura. Os samoiados estranhavam muito que o czar dos moscovitas não vivesse entre os seus. E o hotentote, ao regressar da Europa, despe-se assim que chega a casa, veste os seus braceletes de tripa e lixo, tornando-se logo malcheiroso e barulhento. Agora,

o melhor que podemos fazer para prevenir tais vaidades é acostumarmo-nos cedo a contemplar, dentro do vasto mapa que a história abre diante de nós, os diferentes povos da Terra e as suas respectivas ascensões e quedas, os seus estados bárbaros e civilizados, as suas similitudes e dessemelhanças. Se o fizermos constantemente, então o mexicano, com o seu casaco de penas, a sacrificar uma vítima humana ao seu deus, não nos parecerá mais selvagem que o espanhol de chapéu na cabeça e *gonilla* no pescoço, a sacrificar nações inteiras em nome da sua ambição, cobiça e crueldade desenfreadas. Poderia mostrar com uma série de outros exemplos como a história nos prepara para a experiência e como nos guia através dela, e muitos de tais exemplos seriam curiosos e importantes. Poderia, outrossim, recordar uma série de outras circunstâncias em que a história serve para expurgar a mente de parcialidades e preconceitos nacionais que absorvemos no decurso da nossa educação, e que a experiência tende antes a confirmar que a remover. Mas percebo que me torno prolixo, e devo concluir este tópico observando que ainda que a dedicação ao estudo da história contribua enormemente para nos livrar de uma parcialidade ridícula em favor do nosso próprio país ou contra os demais, o mesmo estudo certamente criará em nós uma preferência ou afeição pelo nosso próprio país. [...]

Carta III

Se estas cartas caíssem nas mãos de algumas das engenhosas pessoas que adornam a nossa época, este correspondente de V. Senhoria seria escarnecido por seu projeto de aperfeiçoar a virtude e a sabedoria dos homens através do estudo da história. Diriam que os caracteres gerais dos homens são determinados pelas suas constituições naturais, assim como as suas ações particulares o são pelos objetos imediatos. Citariam os muitos casos de pessoas que, a despeito de serem versadas em história, se revelaram péssimos homens e políticos. E poderiam ainda acrescentar a tais casos uma longa lista contendo outras tantas

peças que atingiram um alto grau de virtude privada e pública sem nenhuma assistência do gênero. Já afirmei algo que antecipa esta objeção. Mas, uma vez que tenho ouvido diversas pessoas a afirmarem tais proposições com grande confiança, acompanhada de estridentes risadas e sorrisos desdenhosos lançados aos pedantes que têm a presunção de deles divergir, peço licença a V. Senhoria para gastar mais alguns parágrafos para mostrar que tais afirmações – e entre esses homens finos afirmar equivale a pensar – ou provam em demasia ou não provam nada.

Se, como essas pessoas pensam, o nosso caráter geral é absolutamente determinado pela nossa constituição natural, e se as nossas ações particulares o são pelos objetos imediatos, então seria dispensável qualquer instrução proporcionada por preceitos e exemplos, bem como todo empenho em formar o caráter moral pela via da educação. Neste caso, mesmo o pequeno cuidado dispensado ao treinamento da juventude já seria demasiado. Mas a verdade é largamente diferente dessa noção; pois, o que é vício e o que é virtude? Falo de ambas num sentido amplo e filosófico. O primeiro nada mais é senão o excesso e o abuso de desejos, paixões e apetites naturais e inocentes. A segunda consiste na moderação e no governo, no uso e aplicação daqueles desejos, paixões e apetites, de acordo com as regras da razão e, portanto, amiúde em oposição ao impulso cego.

Agora, o que é educação? É, acho, uma instituição que, por meio de preceitos e exemplos, argumento e autoridade, conduz os homens da tenra infância ao hábito de praticar as regras da razão. Quanto mais fortes os nossos apetites, desejos e paixões, mais difícil é a tarefa da educação. Mas quando o esforço educativo é proporcional a essas forças naturais, não é verdade que se pode abrandá-las, mesmo que não se consiga reduzir os desejos e paixões a uma submissão quieta e uniforme? Não é verdade que, deste modo, os abusos da vontade são de algum modo evitados ou controlados? Ainda que um comandante não consiga fazer parar a tempestade, não é certo que pode conduzir o seu navio de modo a evitar o naufrágio que aconteceria caso não houvesse alguém apto para tal? Se Alexandre, que amava

o vinho e tinha uma propensão natural à cólera, tivesse sido criado na severa disciplina romana, é provável que jamais tivesse queimado Persépolis em homenagem a uma concubina ou assassinado o seu amigo.⁸ Caso Cipião, que – conforme a anedota que consta de Políbio e também de alguns versos de Névio, preservados por Aulus Gellius – era naturalmente dado às mulheres, tivesse sido educado por Olímpia na corte de Filipe, provavelmente não teria devolvido a bela espanhola que lhe foi oferecida quando da conquista de Nova Cartago. Em resumo, se o renomado Sócrates não tivesse corrigido a sua natureza por meio da arte, este primeiro apóstolo dos pagãos teria sido, conforme confessou ele próprio, um camarada bastante obscuro, pois inclinava-se a todos os vícios que Zópiro lhe atribuiu ao observar a sua *fisionomia*.

É inútil discutir com quem nega os efeitos da educação. E com quem os admite, não pode haver disputa quanto ao fato de que o estudo da história contribui para formar o nosso caráter moral e para fazer de nós pessoas melhores. Aqueles mesmos que afirmam que, diante das nossas propensões naturais, inclinações não podem ser contidas e hábitos não podem ser corrigidos são em certos casos os primeiros a provarem o contrário. Para ter êxito na corte ou ganhar os favores de uma dama, muitos ocultam os vícios de que são naturalmente dependentes, e não os poderiam ocultar sem os limitar, o que é um passo na direção da correção. Podemos pensar que a beleza da virtude e a deformidade do vício, o encanto de uma reputação transparente e duradoura, o terror de ficar para a posteridade como um criminoso, o benefício real que resulta do consciencioso cumprimento de uma obrigação que devemos a outrem – benefício este que a sorte não nos pode tirar –, a razoabilidade de nos ajustarmos aos desígnios de Deus que se manifestam na constituição da natureza humana; podemos pensar, digo, que tudo isso exercerá poder sobre aqueles que são chamados a contemplar tais fenômenos – isto é, aqueles que são chamados ao estudo da história – do que outros motivos, da mesma maneira que outros motivos, maus e sórdidos, o fazem sobre outros homens?

8 - NT: O amigo em questão é Clito, conhecido como "o negro", oficial do exército macedônico que salvava a vida de Alexandre na Batalha do Grânico e que, anos depois, seria por este assassinado em meio a um banquete.

Já concedi que o estudo da história, em vez de nos tornar cidadãos mais sábios e úteis, assim como pessoas melhores, pode, às vezes, não nos trazer benefício algum; que pode servir para fazer de nós meros antiquários e eruditos; ou que pode ajudar a nos transformar em pessoas arrogantes e pedantes. Todavia, a história não é culpada de nada disso e para nos convenceremos da sua inocência só precisamos contrastar tais usos da história com o seu verdadeiro uso. Temos de ter sempre em mente que a história é a filosofia a ensinar, através de exemplos, como nos devemos comportar em situações da vida pública e privada; que precisamos chegar ao conhecimento geral a partir do conhecimento particular; e que, por isso, precisamos nos preparar para a sociedade e para os negócios humanos, habituando as nossas mentes à reflexão acerca dos personagens descritos nas histórias e das sequências de eventos nelas relatadas. Às vezes, os exemplos particulares são úteis em situações particulares. Mas a aplicação dos exemplos é sempre perigosa e deve ser executada com o máximo de cuidado, pois, do contrário, raramente será bem-sucedida. E ainda assim, dir-se-á que tal é a principal utilidade do estudo da história, pelo menos de acordo com o que se tem escrito sobre o assunto. Eu não sei se o próprio Maquiavel não incorreria em erro quanto a este particular, pois ele às vezes parece ir muito longe com o uso e aplicação de exemplos particulares. Mário e Catulo subiram os Alpes para encontrar e derrotar os cimbras antes que estes ultrapassassem as fronteiras da Itália. Será seguro concluir daí que quando uma nação é invadida por outra, deve sempre antecipar-se aos invasores e lutar contra eles à distância das suas fronteiras?

Guicciardini, que era compatriota de Maquiavel, tinha consciência do perigo que pode surgir da aplicação de exemplos. Pedro de Médici viu-se metido em grandes dificuldades quando começaram as guerras e calamidades em que Ludovico Sforza envolveu a Itália, ao alimentar as ambições de Carlos VIII como uma forma de satisfazer as suas próprias, e ao convidar os franceses para dentro daquele país. Pedro devia as suas preocupações à asneira de ter rompido com o padrão geral

de conduta estabelecido por seu pai, Lourenço, e esperava agora conseguir algum alívio imitando o exemplo de seu pai numa situação particular. Numa época em que as guerras contra o papa e o rei de Nápoles tinham colocado Lourenço em face de um grande perigo, ele decidiu procurar Fernando e tratar pessoalmente com este príncipe. Essa decisão parece imprudente e quase desesperada, mas se estivéssemos informados das razões secretas a partir das quais este grande homem agiu a medida muito possivelmente parecer-nos-ia sábia e segura. Foi bem-sucedida e Lourenço pôde trazer de volta consigo paz pública e segurança privada. Tão logo as tropas francesas adentraram os domínios de Florença, Pedro foi acometido de um grande terror. Correu então para Carlos VIII, passando para as mãos do príncipe o porto de Livorno, as fortalezas de Pisa e todas as chaves do país. Com isso, desarmou o estado florentino e arruinou-se. Teve a sua autoridade cassada e foi enxotado da cidade, tão grande era a indignação dos magistrados e do povo. E no tratado posteriormente firmado com o rei da França estipulou-se que Pedro deveria manter-se a uma distância de cem quilômetros do estado de Florença, enquanto os irmãos deste deveriam manter a mesma distância da cidade. A propósito deste caso, Guicciardini observa o quão perigoso é o deixar-se governar por exemplos particulares, uma vez que para obter os mesmos sucessos [dos personagens exemplares] é preciso dispor da mesma prudência e da mesma fortuna. Tal é a opinião desse admirável historiador e estas são as suas palavras: “é senza dubio molto pericoloso il governarsi con gl’esempi, se non concorrono, non solo in generale, ma in tutti i particolari, le medesime ragioni; se le cose non sono regolate con la medesima prudenza, et se oltre a tutti li altri fondamenti, non v’há la parte sua la medesima fortuna”.⁹ Uma observação feita por Boileau e uma regra por ele formulada acerca de traduções encontram aqui o seu lugar e servem para explicar ainda melhor o que eu gostaria de firmar: “Traduzir servilmente um autor antigo frase por frase, palavra por palavra, é absurdo. Nada pode ser mais diferente do original do que uma tal cópia, que, em vez de mostrar o autor, o oculta. Um bom escritor evitará tomar para si tal tarefa inglória e improdutiva

9 - NT: “É, sem dúvida, muito perigoso governar com recurso a exemplos, quando não estão dadas – não só no geral, mas também em particular – as mesmas razões. Se as coisas não forem reguladas pela mesma prudência e se lhes faltarem outros fundamentos não se obterá o mesmo resultado.

e preferirá, *jouster contre l'original*, imitar a traduzir, e emular a imitar. Transplantará o sentido e o espírito do texto original para o seu próprio trabalho e tentará escrever tal como o autor antigo escreveria, caso tivesse escrito na mesma língua". Agora, aperfeiçoar-se por meio de exemplos é aperfeiçoar-se por meio da imitação. Temos, se possível, de captar do exemplo o espírito e conformarmo-nos com a razão que lhe subjaz. Mas não podemos querer traduzir servilmente para a nossa ação a conduta particular daqueles bons e grandes homens cujas imagens nos é apresentada pela história. [...]

Estes são alguns princípios e regras de vida e conduta que têm de ser verdadeiros, posto que se conformam à invariável natureza das coisas. Aquele que estuda história da mesma maneira que estudaria filosofia irá distinguir e colecionar tais princípios e regras, de tal sorte que formará para si um sistema geral de ética e política fundada sobre a mais segura das bases, a saber, o julgamento desses princípios e regras ao longo de todas as épocas e a confirmação dos mesmos pela experiência universal. Disse que os irá distinguir, pois preciso dizer uma vez mais que é sempre ridículo ou imprudente aplicá-los com respeito a modos de ação particulares, os quais são condicionados pelos costumes dos diferentes países, as maneiras das diferentes épocas e as circunstâncias das diferentes conjunturas. Mas isso não é tudo. Ao contemplar a vasta variedade de diferentes personagens e eventos particulares; ao examinar ou a estranha combinação de causas, diferentes, distantes entre si e aparentemente contraditórias, que frequentemente concorrem para produzir um efeito, ou a surpreendente fertilidade de uma única e uniforme causa a produzir uma multidão de efeitos diferentes, distantes entre si e aparentemente contraditórios; ao traçar cuidadosamente – tão cuidadosamente como se o assunto considerado a ele dissesse respeito pessoal e imediatamente – todas as circunstâncias pequenas e às vezes dificilmente perceptíveis que incidem sobre o caráter dos personagens ou o curso das ações, e em função das quais se determina largamente o sucesso dos acontecimentos, dos pequenos e dos grandes; ao por em

prática tudo isso, além de outros métodos parecidos com estes, um homem talentoso pode conferir ao estudo da história o seu uso principal e apropriado. Pode aguçar a sua perspicácia, prender a atenção da sua própria mente e fortalecer o seu juízo. Pode adquirir a faculdade de discernir rapidamente e de olhar mais além, bem como o hábito de exercer a flexibilidade e a estabilidade necessárias à condução de todos os negócios que dependam da colaboração e da oposição de outras pessoas.

O Sr. Locke, penso, recomenda o estudo da geometria até mesmo àqueles que não tenham a intenção de se tornarem geometristas, dando a tal recomendação uma justificativa que se aplica também ao presente caso. Quem quer que estude geometria, diz ele, pode esquecer os problemas concretos que lhe foram propostos e as respectivas resoluções destes. Mas o hábito de seguir longas cadeias de ideias permanecerá com o estudante e este irá penetrar os labirintos do sofismo para descobrir verdades latentes onde aqueles que não possuem o mesmo hábito nunca as irão encontrar.

Deste modo, o estudo da história preparar-nos-á para a ação e a observação. A história é o autor antigo; a experiência, a língua moderna. À luz da primeira formamos o nosso gosto, traduzimos sentido e razão, transplantamos espírito e força. Mas do original que nos é apresentado pela história imitamos apenas as graças particulares. Imitamo-lo fazendo uso da nossa própria língua, ou seja, colocamos-lhe algo equivalente no lugar e passamos longe de tentar copiá-lo de modo servil. Para concluir: da mesma maneira que a experiência está familiarizada com o presente e o presente nos possibilita estimar o futuro, a história está familiarizada com o passado e esse conhecimento das coisas que foram torna-nos mais aptos para julgar as coisas que são. [...]